

De Manchester a São Paulo por Engels: Condição Espacial de Moradia e Tríplice Precariedade de Reprodução da Classe Trabalhadora Periférica

From Manchester to São Paulo by Engels: Spatial Condition of Housing and Triple Precarious Reproduction of the Peripheral Working Class

*Sandro Barbosa de Oliveira ¹ 

Resumo

Este artigo homenageia os duzentos anos do nascimento de Friedrich Engels inspirado em seu estudo "A situação da classe trabalhadora na Inglaterra", por meio de uma análise das condições de moradia de parte dos trabalhadores na metrópole de São Paulo, a partir das percepções do autor sobre Manchester, ao mostrar semelhanças e diferenças em seus processos de urbanização, desenvolvimento desigual no capitalismo e como as situações de precariedade das moradias impactam as condições de vida do proletariado. A partir das teses dessa obra que destacam a centralização na produção de mercadorias, a "solução" da "questão social" e o proletariado enquanto sujeito nas lutas, analisamos o histórico de construção de vilas operárias, favelização da cidade e autoconstrução de moradias por trabalhadores em São Paulo por meio da condição espacial, com objetivo de ampliar a apreensão dessas desigualdades urbanas pela tríplice precariedade entre trabalho, moradia, deslocamento e mediante ao estudo de caso de uma doméstica.

Palavras-chave: Classe trabalhadora; condição espacial; tríplice precariedade; tríplice segregação; Friedrich Engels.

Abstract

This article pays homage to the two hundred years since the birth of Friedrich Engels inspired by his study "The condition of the working class in England", by means of an analysis of the living conditions of part of the workers in the metropolis of São Paulo from the author's perceptions in Manchester, by showing similarities and differences in its urbanization processes, unequal development in capitalism and how the precarious situations of housing impact the living conditions of the proletariat. Based on the theses of this work that highlight the centralization in the production of goods, the "solution" of the "social issue" and the proletariat as a subject in the struggles, we analyze the history of construction of workers' villages, slums of the city and self-construction of houses by workers in São Paulo through the spatial condition, with the objective of increasing the apprehension of these urban inequalities due to the triple precariousness between work, housing and displacement through the case study of a domestic worker.

Keywords: Working class; spatial condition; triple precariousness; triple segregation; Friedrich Engels.

1 Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS-IFCH-UNICAMP, Campinas, SP, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4193-868X>.

Introdução

Em 2020 completou-se duzentos anos do nascimento de Friedrich Engels. Em homenagem a esse importante pensador que, ao lado de Karl Marx, foi responsável pela construção do materialismo histórico, método que possibilitou apreender a história social mediante as relações sociais, contradições e movimento real, resgatamos como ponto de partida para um diálogo contemporâneo seu importante estudo “*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*”, com o objetivo de, a partir dessa obra que é referência de método de análise das condições de vida da classe trabalhadora inglesa, contribuir com o entendimento do processo de construção do espaço social mediante as condições de vida concreta da categoria doméstica da classe trabalhadora em São Paulo.

O resgate dessa obra se justificou ante a necessidade de análise do momento atual de desenvolvimento do capitalismo dependente na periferia, com intuito de apreender e explicar alguns aspectos das condições de vida e de reprodução de trabalhadores precarizados a partir da particularidade brasileira, mais especificamente na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Para ampliar algumas teses desenvolvidas por Engels, analisamos alguns processos urbanos para evidenciar que o desenvolvimento desigual-combinado do capitalismo teve semelhanças em Manchester e São Paulo. Como enfatizou Eric Hobsbawm (1961, p. 8), há três razões para esse resgate:

[...] três razões principais – a primeira: este livro é um marco na história do capitalismo e da era moderna da sociedade industrial; a segunda: ele constitui uma etapa na elaboração do marxismo, isto é, da nossa compreensão da sociedade; e a terceira diz respeito à sua qualidade literária. Simultaneamente erudito e apaixonado, articulando a denúncia e a análise, ele é, para dizê-lo numa só palavra, uma obra-prima.

Todavia, o estudo de Engels (2010) evidenciou o desenvolvimento desigual do capitalismo em um país industrializado a partir de sua origem numa cidade, obra em que ele analisou como a industrialização provocou o processo de concentração urbana e desigualdades decorrentes do desenvolvimento social e econômico desiguais. Com efeito, ao caracterizar a situação de vida da classe trabalhadora em suas moradias e bairros operários, ele descreveu com percepção crítica aguçada a desumanidade a qual estava sujeitada esses trabalhadores em piores condições de reprodução social, ao promover nesse ensaio a abordagem de antropologia urbana, sociologia do trabalho e crítica à economia política que explicitou os nexos da contradição entre indústria e urbano, além de mostrar as condições em que se operava a produção da vida material nessa sociedade industrial-urbana.

Engels analisou com originalidade radical a revolução industrial², ao enfatizar sua centralidade no movimento do capital que passou a controlar a produção de mercadorias, que fez emergir também a circulação capitalista que deslocou a circulação simples e a tornou mais complexa. Analisou como a solução da “questão social” foi deixada à filantropia e à moralização da sociedade – “receitas utópicas idealizadas por mentes generosas”, como destacou José Paulo Netto (2010, p. 31) –, semelhante à atual desigualdade do capitalismo na

² Engels foi um dos pioneiros no emprego da expressão *revolução industrial* e há autores que chegam a atribuir-lhe sua paternidade.

periferia, ao compreender a questão social pelo padrão societário com fundamento na desigualdade oriunda da propriedade privada dos meios de produção e, a partir disso, da ênfase de que o proletariado não poderia ser visto como massa indiferenciada, sofredora e passiva (PAULO NETTO, 2010). Engels ainda destacou que:

O conhecimento das condições de vida do proletariado é, pois, imprescindível para, de um lado, fundamentar com solidez as teorias socialistas e, de outro, embasar os juízos sobre sua legitimidade e, enfim, para liquidar com todos os sonhos e fantasias *pró* e *contra* (ENGELS, 2010, p. 41, grifos do autor).

A centralização da indústria na pequena cidade de Manchester no início do século XIX transformou não só essa cidade, mas toda a região, em um grande polo industrial e urbano decorrente da expansão da revolução industrial inglesa. Como os estabelecimentos industriais demandavam enorme quantidade de operários que trabalhavam em conjunto numa mesma edificação, eles precisavam morar próximo aos locais dessas indústrias. Então, nasceram as primeiras vilas operárias e de trabalhadores mediante a essa grande indústria que transformou as relações sociais de produção e de reprodução no trabalho e na cidade. “A partir da vila, nasceu uma pequena cidade, dessa pequena cidade uma grande cidade” (ENGELS, 2010, p. 64).

O desenvolvimento da indústria e dos sistemas de transporte e comunicações foi essencial para o crescimento urbano das cidades. Como descreveu Engels:

Se caminharmos, ou utilizarmos a ferrovia, e atravessarmos Blackstone Edge, chegaremos à terra clássica onde a indústria inglesa realizou sua obra-prima e da qual partem todos os movimentos operários – o South Lancashire, com seu grande centro, Manchester. [...] Há um século, essa região, em grande parte, não passava de um pântano quase deserto; hoje, está semeada de vilas e cidades e é zona mais densamente habitada da Inglaterra. No Lancashire meridional, em particular em Manchester, a indústria britânica tem seu ponto de partida e seu centro; a Bolsa de Manchester é o termômetro do comércio; a moderna técnica de produção alcançou aí sua perfeição (ENGELS, 2010, p. 84).

Lá em Manchester – na “oficina do mundo” – e demais cidades inglesas que Engels percebeu os efeitos da indústria moderna nas condições de vida da classe operária e o significado do que era viver num grande centro urbano, ao se evidenciar que nela o proletariado industrial revelou suas mais “clássicas características” de elevação da degradação a que o emprego da força do vapor, das máquinas e da divisão do trabalho submeteu os operários, bem como as tentativas do proletariado de superar tal situação humilhante a que chegara e tornaram-se conscientes tempos posteriores. Em residências em condições precárias, insalubres e com elevado grau de pauperismo (miséria), muitos desses trabalhadores habitavam as proximidades de fábricas em “bairros periféricos”³, designação de Engels aos bairros menos valorizados, com “má fama” e mais distantes do centro da cidade e das fábricas.

³ Engels (2010, p. 88) destacou que Manchester foi construída de um modo tão peculiar que poderia residir nela durante anos, ou entrar e sair diariamente dela, sem jamais ver um bairro operário ou até mesmo encontrar um operário, isso se os que detêm negócios se limitassem a cuidar deles ou passear.

Há três teses significativas nessa obra de Engels que resgatamos para analisar o caso de São Paulo: a) a revolução industrial adquiriu centralidade na compreensão de como o capital passou a controlar a produção de mercadorias; b) a solução da “questão social” deixou de estar associada à filantropia, à moralização da sociedade e/ou à realização de receitas utópicas idealizadas por mentes generosas; e c) o proletariado urbano-industrial não comparece como massa indiferenciada, sofredora e passiva, mas enquanto sujeito com dinâmica criativa, rebeldia e protestos por meio de greves.

Então, analisaremos nesse artigo algumas condições espaciais de moradia e trabalho em São Paulo comparando e diferenciando-as à Manchester vista por Engels.

Semelhanças e Diferenças das Habitações Proletárias em São Paulo e Manchester

Em São Paulo, desde seu primeiro ciclo de industrialização no final do século XIX e começo do século XX, hipertardio se comparado a Manchester e cidades europeias, as moradias dos operários se localizavam nos subúrbios nas margens dos rios Tietê, Pinheiros e Tamanduateí nos atuais bairros de Brás, Pari, Mooca, Belém, Vila Prudente, Tatuapé, Vila Maria Zélia e Penha na Zona Leste; Canindé, Vila Maria e Santana, estes dois últimos na Zona Norte; Bom Retiro, Barra Funda, Água Branca, Pompéia, Vila Leopoldina e Lapa, na Zona Oeste; e Bixiga, Cambuci, Vila Mariana, Vila Carioca e Vila Olímpia, os três últimos na Zona Sul⁴. Em parte desses bairros os industriais ordenaram a construção de vilas operárias próximas ao parque industrial incipiente, ação que decorreu de recursos gerados pela produção agrícola e do projeto de imigração, cujo objetivo foi atrair imigrantes europeus para a cafeicultura e primeiras indústrias instaladas na cidade. Como evidenciou Vanderlice Morangueira (2006, p. 14):

Nas primeiras décadas do século XX, a divisão da cidade nesse sentido já era visível. Enquanto os bairros ricos ocupavam a parte alta, como Higienópolis (e, posteriormente, Avenida Paulista e Jardins), os pobres ocupavam as partes baixas próximas às várzeas, constituindo os bairros operários, tais como Brás, Mooca, Belém, Bom Retiro. As zonas populares, que englobavam operários e pessoas apontadas como “marginais”, ficavam geralmente às margens das ferrovias. Estas passavam a meia encosta, acima do nível das várzeas, em áreas até então não habitadas e atraíram armazéns, fábricas e moradias populares, já que eram baratas, sujeitas a inundações periódicas. Por volta de 1890 todas as regiões populares, exceto Bexiga e Liberdade, eram várzeas pantanosas.

Morangueira mostrou a origem do termo “marginal” que estigmatizou a população trabalhadora pobre que vivia em bairros operários nas margens das ferrovias. Antes da expansão para esses bairros, boa parte dos trabalhadores vivia em cortiços⁵ na zona central da cidade, em habitações coletivas e às vezes insalubres no interior de um quarteirão, quase sempre em quintal de um edifício com quartos enfileirados e apenas um banheiro coletivo externo. Além do cortiço, as primeiras favelas próximas ao centro com

⁴ Além desses, os bairros de Vila Romana, Vila Ipojuca e Vila Anastácio no distrito da Lapa, e Lapa de Baixo, na Zona Oeste; e Luz, no centro.

⁵ Aluísio de Azevedo (1997) em *O cortiço* usou a representação desse tipo de habitação coletiva para representar a sociedade do Rio de Janeiro no final do século XIX.

moradias sem condições básicas para higiene se caracterizavam, para higienistas e sanitaristas da época, como foco de disseminação de doenças que colocava em risco as diversas classes sociais. A habitação operária não tinha infraestrutura necessária como instalações sanitárias e esgoto canalizado⁶ e, após a pandemia da “gripe espanhola”⁷, a disseminação da doença provocou o movimento “higienista”⁸, que depois passou a controlar as condições de reprodução dos trabalhadores por meio do cotidiano em suas moradias e após expulsão do centro da cidade para os “bairros de má fama”, controle que foi intensificado com a elaboração do Código Sanitário.

Nesse contexto a vila operária passou a ser considerada como ideal de moradia adequada aos operários em São Paulo, localizando-se para além das áreas centrais da cidade onde as classes abastadas habitavam. Com isso, intensificou-se a segregação entre localização das moradias das classes dominantes e localização das moradias dos operários que, por meio do Código Sanitário, buscou-se legitimar uma divisão espacial entre as classes, completada depois pelo Plano de Avenidas. Houve divergências sobre quem deveria construir as vilas, se o poder público ou o poder privado. Mas o governo municipal, por meio de leis e normativas, incentivou a construção dessas vilas ao autorizar concursos em terrenos municipais e áreas desapropriadas, como atestam os Anais da Câmara⁹. Como mostrou Moranguera (2006, p. 33-38), bairros como Campos Elíseos, Higienópolis e Jardim América transformaram-se em redutos das elites, ficando os bairros centrais destinados aos ricos e os mais afastados aos pobres¹⁰. Contudo, ela enfatizou que ocorreu uma elevada valorização dos bairros centrais através da lei de zoneamento, em detrimento da desvalorização dos bairros populares. Além disso, destacou que a capital paulista se tornou o cenário de construção de vilas operárias por

⁶ Moranguera (2006, p. 18-24) destacou que os habitantes dos cortiços, em sua maior parte imigrantes europeus, não tinham o costume da higiene diária do corpo e do espaço, e teriam sido apontados como portadores de um odor repugnante. Eles viviam em cortiços ou casas de cômodo, onde um único banheiro era utilizado por várias famílias e onde a falta de água encanada muitas vezes comprometia a higiene. Para ela, a maior parte das críticas aos cortiços estava relacionada à questão da higiene e às epidemias. Por isso, o poder público da época considerava necessário intervir na habitação operária, já que em todos os discursos da época, sejam nos jornais operários, sejam nos documentos do poder público e imprensa eram de que as habitações coletivas nas quais viviam os trabalhadores eram inadequadas, fétida e deveriam ser eliminadas, fazendo-se necessária a construção de moradias adequadas e higiênicas para a população pobre, ao se criar em São Paulo o Código de Posturas, em 1886, que incluía medidas que definiam como deveriam ser as moradias operárias em decorrência da visão de que os cortiços eram vistos como um problema para o controle social dos pobres e também como ameaça às condições higiênicas.

⁷ A “gripe espanhola” nos anos de 1918-20 decorreu do surto da Influenza H1N1 noticiado na Espanha, mas sua origem foi comprovada depois entre os militares do Kansas, EUA. Matou cerca de 50 milhões de pessoas. Durante a redação deste trabalho em 2020 o Brasil registrava os primeiros casos e mortes por covid-19, uma pandemia que em sua proliferação explicitou as desigualdades existentes na sociedade.

⁸ Margareth Rago (1985, p. 164) também analisou de perto as condições de moradias de operários (as) e o movimento de médicos higienistas, estes últimos perceberam-se como as autoridades necessárias e competentes para vistoriar a habitação e os bairros populares, incentivando o asseio e impondo autoritariamente a execução de medidas higiênicas. Para ela o controle global da população pobre da cidade, seja nos lugares públicos, seja no espaço doméstico por parte destes especialistas, funda-se na crença generalizada de que a “casa imunda”, o cortiço e a favela constituem focos onde se originam os surtos epidêmicos, os vícios e os sentimentos de revolta, então o mal deveria ser extirpado pela raiz.

⁹ Em 1918, com surto da gripe espanhola, os Anais da Câmara de 1919 relatou: 1) A concessão durará os anos precisos para a reversão do capital; 2) O poder público garante a renda de 10% sobre a quantidade orçada e efetivamente dispendida com a construção; 3) Isenção de todos os direitos municipais e estaduais sobre prédios; 4) Concessão de privilégios de transporte por ônibus ou diligência se não for possível a concessão da linha de bondes, desde o centro da cidade até a sede da vila operária; 5) Fixação e revisão anual do preço dos alugueis pelo poder municipal. Anais da Câmara, (LAVIOLA, 1995).

¹⁰ Cabe destacar a influência do pensamento conservador presente nessa segregação, como analisada por Weber Góes (2018), que evidenciou a ideologia eugenista com roupagem científica do médico Renato Kehl e sua visão equivocada da seleção natural transplantada da biologia para a divisão das raças.

parte da iniciativa privada, ao influenciar e modificar os modos de vida de algumas famílias operárias dessa época, pois as vilas emergiram tardiamente na industrialização e tinham o objetivo de controlar as condições de reprodução da classe trabalhadora por meio do controle de bebida, festas, higiene e comportamentos “indisciplinados”¹¹.

Esse incentivo governamental possibilitou aos industriais e empreendedores imobiliários¹² que construíssem vilas operárias¹³, algumas próximas às fábricas outras distantes. Em São Paulo, algumas delas foram conhecidas: Vila Maria Zélia (Cia Nacional de Tecidos de Juta, 1916), no Belenzinho; Vila Triângulo (Cia Brasileira de Cimento Portland, 1926); Vila Cerealina (Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo, 1924); e Vila Economizadora (Moinho Santista, 1935); além da Vila Andrea Raucci, na Mooca; e Vila dos Ingleses, na Luz. Com isso, os trabalhadores que moraram nessas vilas pagavam aluguel, mas em preços menores do que em outros locais. Eles viviam em habitações econômicas e casas pequenas, dotadas de instalações sanitárias, cômodos arejados e ventilados. Algumas delas foram vendidas aos trabalhadores com o passar do tempo, enquanto outras adquiridas em decorrência de acordos trabalhistas. Em vilas próximas de fábricas o controle do operário era menor, tal como em Vila Prudente, na cidadela em Vila Maria Zélia (Belém), e Vila Clark (Mooca), e o controle¹⁴ maior sobre o trabalho, o lazer e o ambiente doméstico de acordo com os interesses da produção.

Em relação às vilas operárias em locais mais distantes, sua localização exigiu um sistema de transporte que pudesse levar os trabalhadores de suas casas até a fábrica, condição que levou a criação de bondes elétricos por meio de linhas diversas para atender a crescente demanda de passageiros nesses deslocamentos. Essas vilas estavam de 10 a 15 quilômetros de distância das fábricas, distância que uma linha de bonde atendia satisfatoriamente. Então, vemos que na reprodução da força de trabalho, no primeiro ciclo de industrialização em São Paulo, houve uma parcela de trabalhadores imigrantes que tiveram demandas atendidas por industriais (construção de vilas operárias) e atenção do poder público (criação de linhas de bondes), em decorrência do receio das classes dominantes de epidemias e preconceitos de classe e étnico-racial.

Se, para o operário imigrante de origem ou ascendência europeia as condições de vida não estavam fáceis, para a população negra de São Paulo estavam mais

¹¹ Essa prática das elites em culpabilizar os pobres pelas doenças e epidemias nas cidades começou a ser superada pela prática de médicos sanitaristas, como John Snow que, na Londres do século XIX, desenvolveu o “mapa fantasma”, que permitiu mapear os casos de cólera com a localização das precárias moradias dos trabalhadores e evidenciou que a propagação da doença estava relacionada aos lugares que não tinham acesso à água tratada, esgoto e onde as pessoas viviam em péssimas condições sanitárias. John Snow desenvolveu o mapa fantasma observando o cotidiano das pessoas e percebeu que a água estava contaminada e inapropriada para o consumo nesses territórios, ao desenvolver o mapa que revolucionou a ideia de cidade e metrópole, bem como revelou as causas da epidemia de cólera que era um problema de toda a população londrina, não apenas da população pobre que não tinha acesso à água potável, ao evidenciar que essas pessoas não ocupavam esse lugar por escolha, mas sim porque foi o lugar que as elites e os governos disponibilizaram a elas. Ver Steven Johnson (2008).

¹² De acordo com Eva Blay (1985), as vilas operárias constituíam a solução ideal para que o governo “resolvesse” todos os problemas de uma só vez: saúde (devido à questão sanitária e às epidemias), especulação imobiliária (controle dos aluguéis), e os vazios urbanos (concentração da população trabalhadora nos locais pouco habitados).

¹³ Para Moranguera (2006, p. 40) existiam duas modalidades distintas de vilas operárias: a primeira, como assentamento habitacional, patrocinado por empresas e voltada a seus funcionários – a vila operária de empresa –, a segunda era habitação promovida por investidores privados e voltada ao mercado de locação – a vila operária particular.

¹⁴ Para Telma de Barros Correia (2019), a desvantagem para o morador da vila operária era que os donos da fábrica costumavam usar a casa para interferir na sua vida familiar por meio da criação de regulamentos sobre festas, hóspedes e mesmo sujeitar o operário às condições de trabalho e remuneração oferecidas, já que se ele perdesse o emprego, perderia também a moradia.

degradadas devido às barreiras raciais existentes do pós-abolição. Nesse sentido, ao analisar a segregação socioespacial entre as classes sociais, a partir da ação das classes dominantes, que se configurou mediante a campanha de “higienização” e o Código Sanitário que resultou na separação entre ricos e pobres por meio de bairros centrais e periféricos, outro processo subjacente a esse foi o da segregação étnico-racial que culminou na favelização de parte da cidade onde passou a habitar a população afrodescendente. Tal questão étnico-racial foi percebida por Engels em Manchester sem aprofundar quando diferenciou as condições de moradia entre trabalhadores irlandeses e ingleses, questão que em São Paulo não pode passar despercebida nos estudos.

Sobre esse debate no Brasil, Jessé Souza (2017) afirmou que “a escravidão é o nosso berço”, contrapondo-se ao patrimonialismo e corrupção, fazendo uma crítica das bases da ação de movimentos anticorrupção que sustentaram a Operação Lava Jato¹⁵. No entanto, ele não citou nenhum autor(a) negro(a) que avançou em estudos sobre as condições de reprodução da população negra ao longo da escravidão em quilombos e senzalas, ou que problematizam as barreiras raciais existentes para essa população no pós-abolição, limitando-se às diferenças de classes apenas de “berço”. Florestan Fernandes (2007, 2008), por exemplo, citado por ele, evidenciou os distintos padrões de integração do negro na sociedade das classes sociais dos brancos, ao enfatizar o dilema racial brasileiro¹⁶ e a situação do negro numa economia competitiva, racista e de classes. Ele explicitou como a desigualdade racial continuava inalterada e o negro era visto como “marginal” nesse período de mudanças industriais e urbanas. Para o autor, os centros urbanos provocaram necessidades que ampliavam a divisão do trabalho e alargavam as ocupações e serviços, o que teria possibilitado para alguns negros libertos “desfrutar” de oportunidades econômicas mediante a sua integração na estrutura ocupacional, ao enfatizar que o único emprego garantido de longa duração era para as mulheres negras em casas de famílias brancas de classe média.

Clóvis Moura (1988a, 1988b, 1994), por sua vez, evidenciou o potencial rebelde e revolucionário das lutas da população negra liberta nos quilombos e escravizada nos engenhos, situações relegadas pela interpretação da historiografia tradicional e pelo “marxismo” oficial do partido comunista, ao enfatizar que o negro no Brasil não foi passivo com sua situação de escravidão, ao destacar seu potencial político para se pensar numa eventual revolução brasileira. Autores como Stuart Schwartz (2001) reconheceram a importância de Moura como intelectual radical, ao enfatizar que seus trabalhos sociológico-historiográficos representariam os “mais interpretativos” das rebeliões negras, concentrando-se na apreensão das comunidades de afrodescendentes escravizados fugitivos para os quilombos e nas próprias rebeliões das senzalas. Lilia Schwarcz (1987) enfatizou que a análise de Moura se define como proveniente da Escola

¹⁵ A crítica de Jessé Souza ao culturalismo racial de Gilberto Freyre (2003); ao patrimonialismo e modernização de Sérgio Buarque de Holanda (2002) e Raymundo Faoro (1984); e ao jeitinho brasileiro de Roberto DaMatta (1986) mostrou que a crise na conjuntura em que vivemos, a partir de 2015, é também uma crise de ideias, tanto no campo da esquerda como no da direita, ao evidenciar a necessidade de superação dessas teorias no pensamento social que orientam as ações políticas e sociais no país e mostrar que são relações sociais e instituições concretas que produzem a semente social do Brasil que herdamos sob forma modificada até hoje. No entanto, sua interpretação das relações de classes ficou circunscrita à influência cultural no âmbito familiar, “esquecendo-se” e/ou “ocultando” que tais relações estão além desta instituição social.

¹⁶ Florestan Fernandes mostrou como a desagregação do regime escravocrata e senhorial operou no Brasil, ao analisar a destituição dos antigos agentes do trabalho escravo na transição ao sistema de trabalho livre assalariado e as condições de vida do liberto, que foi convertido em senhor de si mesmo e responsável por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva.

Paulista, a partir dos trabalhos de Roger Bastide e Florestan Fernandes, mas também das referências de Edward P. Thompson e Caio Prado Júnior, como mostrou Márcio Farias (2019), que destacou a experiência dos negros pela cultura e religião que permitiu ao seu povo se distanciar da opressão e se organizar nos quilombos e favelas. Em síntese, a radicalidade da classe operária e trabalhadora em São Paulo desde a greve geral de 1917 em diante se verifica não apenas pela presença imigrante europeia na força de trabalho, mas também afrodescendente, indígena e posterior migração nordestina, mas em condições de moradias diferenciadas entre vilas operárias e favelas.

Enquanto parcelas de operários migrantes europeus habitaram vilas e bairros operários nos subúrbios, trabalhadores negros, indígenas e pauperizados foram relegados às favelas. Segundo a Divisão de Estatística e Documentação da Prefeitura de São Paulo, as primeiras favelas paulistanas são da década de 1940, o que explicitou um novo ciclo de construção de moradias após as vilas operárias, porém, nesse caso, pelos próprios moradores, habitações oriundas de ocupações espontâneas e enfrentamentos à propriedade da terra. A prefeitura registrou as favelas do Oratório (Mooca), Ordem e Progresso (Barra Funda), Ibirapuera e Vila Prudente, esta última existente atualmente. Posteriormente, com o aumento do fluxo de migrantes oriundos de outras regiões do país, a favelização cresceu exponencialmente num processo em que trabalhadores ocuparam terrenos vazios em encostas de morros e áreas protegidas como mananciais.

A favela tornou-se herdeira da senzala e sua condição precária confirma o ódio das classes médias e dominantes à existência da população negra e indígena, ódio que está fundamentado por ideologias racistas, eugenistas (de cunho biológico de “seleção natural” via leis genéticas) e pseudocientíficas de branqueamento da população, alicerçadas no que Weber Góes (2018) chamou de “ferramenta primordial” na superação de problemas relacionados às questões de sanitarismo, educação, pobreza, delinquência, prostituição, raça, imigração e mestiçagem, cujo conteúdo é oriundo do programa eugênico que explicitou as influências do darwinismo social, do malthusianismo e do integralismo nacionalista elitista.

Posteriormente, as favelas¹⁷ se proliferaram como habitação precária da população negra, indígena e pauperizada no processo da periferização da metrópole que decorreu da *urbanização rodoviária* e da tríplice segregação do urbano (socioespacial, étnico-racial e territorial), originada ante as “medidas sanitárias” e eugenistas, o que elevou a quantidade de assentamentos precários. No município de São Paulo, que atualmente concentra o maior número de favelas no país, em 1957 havia 141 favelas ocupadas por 8.488 barracos onde viviam cerca de 50 mil habitantes, concentração que cresceu vertiginosamente para 1.715 favelas ocupadas por 391 mil domicílios com mais de dois milhões de moradores em 2018, representando 11% da população da cidade, enquanto há 1.508 cortiços na zona central cadastrados pela SEHAB (MAIS..., 2018).

¹⁷ O Censo de 1940 mostrou que a população negra (pretos e pardos) em São Paulo representava apenas 8,2% da população enquanto a população branca representava 90,7%, até porque a imensa maioria vivia nas cidades do interior do estado como Piracicaba, Guaratinguetá, Cunha, Taubaté, etc., devido às plantações de café. Com o fim do ciclo do café e início da industrialização pesada do final da década de 1940 e ao longo dos anos 1950 e 1960, ocorreu um processo de migração dessas cidades e de outras regiões do país para São Paulo, o que desencadeou os processos de ocupações habitacionais precárias por meio da favelização e autoconstrução. A questão da habitação em São Paulo representa uma instância fundamental de reprodução da força de trabalho, ao mesmo tempo em que seu estudo permitiu associar o processo de expansão da metrópole à dinâmica de reprodução do capital, e na metrópole paulista ela se desenvolveu por meio dos loteamentos de baixa renda sob três agentes principais: loteador, morador e poder público, o que permitiu as altas taxas de acumulação com baixos salários.

Retomando a questão do preconceito social de classe, que foi percebido por Engels na Manchester do século XIX que enfatizou a “disposição urbana hipócrita” comum a todas as grandes cidades – por segregar ricos e pobres e ocultar os operários –, em São Paulo dos séculos XX e XXI ficou explícita a perversidade da segregação que parece ser maior, pela reunião dos preconceitos de classe e racial que segregam os trabalhadores mais precarizados aos bairros periféricos e favelas distantes do centro, em decorrência dos ciclos de expansão urbana desigual. Recentemente, as duas maiores favelas da cidade ficaram conhecidas no país: Paraisópolis¹⁸, no distrito de Vila Andrade, com cerca de 100 mil (ARAÚJO, 2019) habitantes; e Heliópolis, no distrito de Sacomã, que ganhou em 2006 o estatuto de bairro com 110 mil habitantes, com presença intensa de ONGs, comércio popular e equipamentos como escolas, postos de saúde, bibliotecas, etc. Houve favelas construídas, removidas e renascidas em outros locais, ao mostrar uma dinâmica mediada pela transitoriedade urbana dos trabalhadores de baixa renda em conflito com a expansão imobiliária, descrita na literatura por Carolina Maria de Jesus (1993).

Figura 1 - Favela de Paraisópolis e Entorno Rico das Classes Dominantes



Fonte: Folha de S. Paulo. Foto: ©Tuca Vieira/Folhapress (2004).

Figura 2 - Favela de Heliópolis e Expansão Imobiliária da Classe Média



Foto: ©Allan Cunha (2018).

¹⁸ Paraisópolis ficou conhecida no país em dezembro de 2019, pelo triste acontecimento da morte de nove adolescentes e jovens em decorrência da ação da polícia militar na festa Dz7 do baile funk.

A Figura 1 mostra a favela e o condomínio de alto padrão em Paraisópolis, distrito de Vila Andrade, que ocupam o mesmo território no bairro, com moradias separadas por espaços distintos resultado de relações de classes materializadas física, mental e socialmente que explicita a tríplice segregação do urbano (socioespacial, étnico-racial e territorial/urbana). Essa separação entre as classes se objetiva no espaço físico, mas é resultado de processos econômicos, políticos e ideológicos das classes que dominam a sociedade em relação às classes dominadas no processo de produção social da vida e espaço urbano. Tão perto nesse território, mas tão distantes no espaço social, essas classes mantêm relações por meio do trabalho e da circulação de mercadoria: muitos moradores da favela exercem os trabalhos nas funções de jardineiros, domésticas, diaristas, motoristas, etc., para os moradores do condomínio que, por sua vez, pagam por esses serviços de reprodução que não se realizam em decorrência da divisão do trabalho. Esse é um dos motivos pelo qual a favela é funcional para as classes que dominam a sociedade e para a cidade, ao passo que mantêm os salários desses trabalhadores rebaixados. Essas classes podem habitar o mesmo território, mas jamais o mesmo espaço, como a foto de Tuca Vieira explicita de modo direto.

A Figura 2 na foto de Alla Cunha mostra a recente expansão imobiliária de habitação da classe média no distrito do subúrbio do Sacomã, com o bairro popular de Heliópolis ao centro, mostrando as consequências da segregação socioespacial no mesmo território, mas como tal segregação expressa a *condição socioespacial* para as diferentes classes a partir das condições de moradia, de sua localização e reprodução da vida. Não obstante, os territórios em favelas e bairros populares têm maior concentração de população negra, indígena e de migração nordestina na metrópole de São Paulo, como é o caso de Heliópolis que, segundo registros da Prefeitura de São Paulo, os primeiros habitantes foram migrantes nordestinos que chegaram em 1972 do município de Heliópolis, Bahia, por isso batizaram a favela com esse nome. Atualmente, Heliópolis está repleta de açougues, lojas de roupas, adegas, tabacarias, biblioteca, ETEC-Heliópolis, shopping, escolas, praças, petshops, delegacia, lanchonetes, quadras esportivas, farmácias, etc., que mostram a presença do Estado por alguns equipamentos urbanos, mas também do comércio popular dos moradores que dinamizam a vida cotidiana e a reprodução social.

Em síntese, as condições de moradia e suas localizações na metrópole paulistana remetem a tríplice precariedade do urbano aos trabalhadores manuais de baixa renda por meio da moradia, do deslocamento e de trabalhos precários que, na pandemia de covid-19, explicitaram-se as consequências das múltiplas desigualdades urbanas que se originam dessas precariedades, aspectos que analisaremos por meio do relato a seguir.

As Condições de Trabalho e Moradia na Metrópole de São Paulo: Um Estudo de Caso

Entre as pessoas entrevistadas nos grupos focais na pesquisa do doutorado¹⁹, algumas delas já viveram em favelas. Inspirado no estudo de Engels em Manchester,

¹⁹ No estudo de doutorado, utilizei como método de pesquisa qualitativa a técnica de entrevista em grupos focais com trabalhadoras(es) domésticas, teleoperadores, pedreiros e ajudantes, auxiliares de limpeza e diaristas, que consiste numa entrevista em grupo com perguntas semiestruturadas e questões que aparecem durante a conversa conduzida de modo focado na experiência dessas pessoas com o trabalho, o transporte e a reprodução da vida, e uma dessas experiências estão expostas nesse artigo; e na pesquisa quantitativa utilizei dados da Pesquisa Origem-Destino do Metrô de 2017 que abarca a Região Metropolitana de São Paulo, ao produzir mapas de deslocamentos massivos para mostrar a dinâmica casa-trabalho-casa para evidenciar

descreveremos o caso de Vera Silva²⁰, trabalhadora doméstica e moradora do Jardim Conceição em Osasco²¹, como um caso ilustrativo dessa tríplice precariedade que advém das condições de trabalho e transitoriedade urbana até uma situação permanente de moradia, objetiva-se mostrar as dificuldades de reprodução da força de trabalho na metrópole de São Paulo. A doméstica Vera Silva conheceu Antônio Batista no início da década de 1980, onde morava de aluguel com sua mãe e irmãos no bairro de Sumaré, próximo à Avenida Heitor Penteado, centro expandido, numa casa-fundo que tinha na frente uma clínica veterinária chamada de “Cães e Gatos” pelos moradores do fundo. Ela nasceu e foi criada lá. Na outra casa de fundo morava muita gente que, segundo ela, vieram da cidade de Uruçuca, estado da Bahia, cidade natal de Antônio.

Por meio desses amigos migrantes baianos ela conheceu Antônio e suas irmãs e irmãos. Na convivência em terras paulistas e solidariedade de um povo migrante, eles se reuniam frequentemente em almoços e festas ao mostrar, segundo a Vera, como as pessoas eram mais solidárias e acolhedoras entre si, porque ajudavam umas às outras, diferentemente do momento atual que os valores do individualismo e isolamento são maiores. Ela engravidou com 17 anos nessa relação com Antônio e teve sua primeira filha, Vanessa Silva, em 1982. Ele, por sua vez, vivia numa pensão no bairro do Bom Retiro, próximo de onde trabalhava no Bar do Seu Vicente. Diante das dificuldades de pagar o aluguel e de morar junto com Antônio, a mãe de Vera, dona Durvalina, entregou a casa e arriscou-se por uma moradia na favela do bairro do Rio Pequeno. O casal deixou sua filha durante um ano com a irmã dele, Vera Lúcia, no bairro do Conjunto José Bonifácio, periferia leste de São Paulo. Vera Silva sempre fez trabalho doméstico e em uma dessas casas tinha que dormir por lá. Ela trabalhou também cinco anos no bairro Alto de Pinheiros.

Posteriormente, eles conseguiram um terreno e construíram um barraco no Jardim de Abril, no distrito de Rio Pequeno, em São Paulo. O terreno localizava-se em área de risco, onde foram construídas centenas de casas de madeira em mais uma favela, o que evidencia a relação direta entre trabalho precário e moradia precária crescente junto à expansão urbana da periferização. Vera Silva relatou que nesse bairro tinha de tudo: posto de saúde, escola, ponto de ônibus, farmácia, feira livre, etc., lugar que ela lembra com boas lembranças porque facilitava a reprodução da vida. Lá eles viveram durante quatro anos em um barraco pequeno de frente para uma rua asfaltada do bairro e de costas para um vale, onde a população construiu vários escadões para acessar os barracos de lá. Durante o tempo que habitaram lá não havia esgoto encanado e acesso à água, enquanto a energia elétrica eles acessaram por meio de ligações clandestinas – os famosos “gatos”. Verificam-se situações semelhantes às dos bairros operários de Manchester analisados por Engels: precariedade das habitações, ausência de

como as experiências particulares das pessoas com o transporte estão inseridas numa totalidade da circulação no modo de produção capitalista. A análise das experiências dessas categorias de trabalhadores(as) entram na tese como mediação fundamental a partir de sua realidade vivida para demonstrar a condição socioespacial da classe trabalhadora em relação ao que definimos por cotidiano da mobilidade perversa, além do tempo de trabalho, os(as) trabalhadores(as) precisam dispor do tempo de deslocamento que é maior para as categorias de trabalhadores precarizados de mais baixa renda, ao evidenciar a necessidade de compreensão das condições de trabalho, moradia e transporte na metrópole como condições que implicam na desigualdade urbana de sua reprodução.

²⁰ Na pesquisa os(as) entrevistados(as) autorizaram expor seus nomes, apresentados de modo sucinto.

²¹ Osasco era distrito da capital paulista até 1962, quando se tornou município autônomo. Um dos fatores que provocou esse movimento de emancipação foi a forte concentração industrial devido a Estrada de Ferro Sorocabana (atual Linha 8-Diamante da CPTM), o que gradativamente provocou a expansão residencial da classe trabalhadora na região. Lá se destacou a atuação da Oposição Sindical Metalúrgica.

água potável e esgoto tratado. A diferença é que aqui no Rio Pequeno não havia operários, e sim trabalhadores de “serviços”. Com efeito, ao longo desse tempo que viveram no Jardim de Abril, tiveram que abrigar a família de Adilson Batista²², irmão de Antônio, com esposa e um filho. Para Vera, foram tempos difíceis de muito aperto e precariedade no barraco, mas de solidariedade e vínculos fortes.

Depois desse tempo, a Prefeitura de São Paulo, sob a gestão de Luiza Erundina pelo Partido dos Trabalhadores (1989-1993) e da SEHAB por Ermínia Maricato da FAU-USP, temendo os perigos da área de risco, assumiu o compromisso de ajudar os moradores para sair dessa condição, ao propor um programa municipal no contexto de ausências de políticas habitacionais com a extinção do Banco Nacional de Habitação em 1986. Foi assim que Vera Silva e sua família, agora ampliada com mais um filho, mudaram-se para um alojamento provisório no bairro onde moraram por dois anos à espera da solução definitiva. As condições de habitação nesse alojamento eram de precariedade, com ruas de terra e distante de um ponto de ônibus, mas os moradores dispunham de água e energia. A construção foi feita de alumínio, o que dificultava no calor por tornar as condições quase insuportáveis para residir e dormir às noites. Todavia, a família da Vera saiu da área de risco e evitou uma “tragédia” daquelas que vemos no noticiário em época de chuva e, após dois anos nessa localidade, a prefeitura disponibilizou um recurso por meio de um programa municipal para ambos Vera e Antônio, que se juntaram para comprar um terreno loteado na área onde vivem hoje, no Jardim Conceição, em Osasco.

Como analisaram Raquel Rolnik e Nabil Bonduki (1979, 1982), o loteamento na periferia constitui-se de modo predominante da habitação de baixa renda na RMSP. Para ambos, a noção de periferia, largamente utilizada com sentidos distintos pelos estudiosos do urbano, exigia uma definição mais precisa, da qual eles se aproximam após investigar os mecanismos que determinam sua formação. Um dos mecanismos foi o loteamento, caracterizado pela ação do loteador (nem sempre era o proprietário, como no caso do Jardim Conceição), do morador e do poder público. Em sua análise sobre os loteamentos no Jd. Conceição em Osasco, Arlete Moyses Rodrigues (1990) mostrou a importância da procura do lugar no encontro com a identidade de classe, ao estudar os processos de autoconstrução desse bairro e evidenciar a relação entre trabalhadores e o lugar de moradia como elemento de construção do sentimento de pertencimento.

Todavia, no contexto da proliferação de loteamentos periféricos se compreende também o processo de acumulação do capital por meio de seu movimento de urbanização e reprodução da força de trabalho, aspecto apontado por Engels, mas que foi aprofundados por Henri Lefebvre (2006, 2008, 2009), que evidenciou como a urbanização pela produção do espaço contribui para equilibrar o problema da tendência de queda da taxa de lucro em outros setores industriais, bem como mostrou que pela produção e apropriação do espaço os conflitos de classes se ampliaram para a questão centro-periferias nas cidades e que a emancipação dos trabalhadores passa pelas questões de

²² Adilson Batista foi casado com Jaíra e tiveram dois filhos. Eles haviam acabado de chegar de Uruçuba, quando foram morar na casa de Vera Silva. Eles moraram, depois, no Jardim Helena em São Paulo. Depois que separou da esposa, Adilson passou por dificuldades e entregou um dos filhos para que fosse criado por sua irmã Vera Lúcia. Jaíra voltou para Uruçuba com seu outro filho. Infelizmente ele se envolveu em ação de roubo com amigos, foi preso e veio a falecer por doença em 1997, ano de lançamento do álbum “Sobrevivendo no inferno” dos Racionais MC’s, com crítica à terra arrasada pelo neoliberalismo e que tem a música “Diário de um detento”, que narra o cotidiano do massacre do Carandiru e do cotidiano na prisão, que ele viveu de perto quando esteve preso.

direito à cidade e revolução urbana. David Harvey (1982, 2006), por sua vez, partindo de Lefebvre, enfatizou que o capitalismo sobreviveu graças à produção do espaço ao criar mecanismos de autorreprodução bem sucedidos e mostrou a diferença das lutas por melhores salários, no âmbito da produção, e lutas por melhores condições de moradia e urbanas, no âmbito da reprodução, que expõe o conflito fundiário em que o capital exerce o “monopólio natural” do espaço urbano e trata a terra como seu processo de acumulação, enquanto a força de trabalho, cindida entre o trabalho e a moradia, necessita da terra para reproduzir sua vida. E Flávio Villaça (1998, 2012) nos apresenta uma mediação local importante ao estudar São Paulo e outras metrópoles brasileiras e evidenciar o que chamou de “vetores de valorização” imobiliária e conceitualizar o urbano como espaço produzido e consumido por um mesmo e único processo, problematizando, semelhante a Harvey, a questão das localizações socialmente produzidas e urbanamente desiguais, por entendê-las como suporte de valorização pelo valor de uso e o preço da terra, determinados pelo tempo de trabalho necessário para produzi-las enquanto localizações e dizer que classes sociais diferentes têm problemas diferentes e, conseqüentemente, problemas espaciais diferentes também.

Retomando a questão de loteamentos periféricos e periferização mediados pela autoconstrução de moradias, Vera e Antônio compraram um terreno em 1992 de um possível grileiro, que loteou o bairro, mas que não era proprietário do lugar. Nessa empreitada, a Prefeitura de São Paulo comprometeu-se a ajudar com materiais, mas que o loteador recebeu em seu endereço e teria “roubado” de Antônio que, quando chegou ao local de distribuição, soube que já havia sido retirado. Com efeito, restou ao casal e sua família construir um barraco, até o momento das condições de construir a casa definitiva. Então, para Vera, em seu relato, o começo foi “cruel”: sem água, sem energia, sem televisão que não pegava e seu barraco era organizado e sempre limpo.

Como a situação de moradia mudou para Vera e família, os locais de trabalho também alteraram. Ela foi trabalhar como doméstica, em 2002, no trabalho que estava no momento da entrevista, no Jardim Bonfiglioli, e Antônio conseguiu trabalho de auxiliar de limpeza na Churrascaria Rodeio, no bairro de Cerqueira Cesar, distrito de Jardim Paulista. Na nova moradia precária eles tiveram mais duas filhas, o que exigiu um espaço maior para adequar a nova composição familiar, ao mostrar como a vida é dinâmica e está sempre em movimento. Antônio se identificava com o Partido dos Trabalhadores (PT) e Luiz Inácio Lula da Silva e comemorou quando Lula elegeu-se presidente pela primeira vez nas eleições de 2002. Vera, por sua vez, mesmo votando no PT, votou também em Celso Giglio (1941-2017), vereador e prefeito em dois mandatos em Osasco pelo Partido Social Democrata Brasileiro (1993-1997 e 2001-2004), político que ela se identificava mais. Giglio atendeu as reivindicações dos moradores do Jardim Conceição e contribuiu com a regularização fundiária dos lotes, ao entregar as matrículas do terreno²³ de propriedade da prefeitura para a população, algo que ajudou para que eles construíssem a primeira parte da casa após a segurança jurídica e melhoria das condições salariais de ambos, o que viabilizou a empreitada. A prefeitura, em parceria com a SABESP, canalizou o esgoto, forneceu água e asfaltou as ruas do bairro, situações memoráveis para os moradores quando tinham que meter o pé no barro e sofriam com a falta de água que pegavam na nascente.

²³ A matrícula no Registro de Imóveis de Osasco mostra que a proprietária do terreno era a Prefeitura de Osasco, que vendeu o imóvel pela quantia de R\$ 14,5 mil para Vera Silva e passou sua titularidade.

Em meados de 1997 a família de Vera iniciou a construção da parte térrea da casa concluída em 1999, situação que se insere nas dificuldades no processo mais amplo de obtenção da casa própria por trabalhadores precários que, tal como destacado por Rolnik e Bonduki (1979, p. 55), inicia com a compra do lote e tem sido marcada por constantes e prolongados sacrifícios dos trabalhadores que implicam em seu desgaste, já que os salários são insuficientes frente ao mínimo necessário à reprodução da força de trabalho. Ambos os autores mostram o ciclo anterior de autoconstrução em Osasco, no final da década de 1970, e evidenciam que desde essa época a forma construtiva do trabalhador com baixo salário é significativa²⁴. No Jardim Conceição a maior parte das casas foi feita por autoconstrução, mas não dispomos desses dados para dimensionar essa proporção. Porém, segundo o Censo 2010, do IBGE, é um dos bairros mais populosos de Osasco, com 31.441 habitantes, cuja maioria é de mulheres (51,69%).

O caso de Vera e sua família não é passível de generalização, mas ele mostra uma particularidade dentro do processo geral de loteamentos e periferação, porque essa situação contribui para apreender a relação entre produção e reprodução social da classe trabalhadora que habita a periferia, já que o universal desse processo está nessa particularidade. Um aspecto importante das relações de Vera e família foi a que ela trabalhou a vida inteira na condição de doméstica e teve sua segunda filha (terceira entre os filhos) no ano de 1997, ano que iniciou a construção por alvenaria de sua casa.

Das sete mulheres que participaram do grupo focal no Jardim Conceição, duas estavam desempregadas e se declararam do lar; uma trabalhava como caixa em padaria; uma como operária na distribuidora da rede de farmácia; e três trabalhavam como domésticas, entre elas a Vera Silva. Considerando as três domésticas e as duas “do lar”, houve cinco trabalhadoras domésticas (três trabalham fora e em casa, duas só em casa).

Figura 3 - Trabalhadoras Domésticas no Brasil em Milhões – 2018



Fonte: IBGE (2018).

A Figura 3 mostra que, em 2018, as trabalhadoras domésticas com carteira assinada representavam 29,2% do total, enquanto sem carteira, 70,8%. As trabalhadoras domésticas tiveram conquistas durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-

²⁴ Nos lugares analisados pelos autores a forma de autoconstrução da casa houve o seguinte percentual: 71,4% na Flor da Primavera; 74,6% no Bandeiras; 58,8% no Cirino; e 64,9% no São Pedro. Um relato é significativo nessa pesquisa para nossa análise aqui: “Meu marido muda constantemente de fábrica. Ele não pára, o máximo é dois anos. Sabe por quê? Quando vence assim esses dois anos [...] a gente pega e dá para construir. Do Fundo de Garantia dá para gente construir. [...]” (ROLNIK; BONDUKI, 1979, p. 56).

2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), como registro em carteira, direito à previdência social e FGTS, porém, o gráfico mostra que a universalização desse direito estava longe de ser alcançada. Portanto, é na relação entre processo de trabalho e processo de reprodução que podemos entender os dilemas da classe trabalhadora precarizada pela superexploração do trabalho, tal como definida por Ruy Mauro Marini (2000), e espoliação urbana, como analisou Lúcio Kowarick (1979), por meio da moradia e transporte.

Retomando o desfecho da história da família da Vera, seu esposo Antônio se afastou do trabalho por motivos de saúde em decorrência de um câncer, ficou dois anos recebendo auxílio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e, no ano de 2003, conseguiu se aposentar por invalidez, para combater a doença. Ele veio a falecer em decorrência da doença em 2007, e deixou para Vera o benefício dessa pensão para que ela tivesse melhores condições de reprodução. Em 2009 Vera, filhas e filho decidiram ampliar a casa para cima, verticalizando a moradia e construindo mais quartos, já que havia apenas um quarto embaixo, uma sala, uma cozinha e um banheiro, e parte das filhas dormiam na sala. Após construírem os quartos no segundo andar da casa, fizeram o famoso “puxadinho” no terceiro andar, já que Vanessa Silva, que havia ido morar com o esposo e já tinham um filho, tinha a necessidade de sair do aluguel e aproveitou para construir no terceiro andar da casa. Depois de concluída a construção em meados de 2014, a família de Vera passou a ter mais espaço para acomodar suas filhas e filho, mas o filho logo depois se casou e foi residir em outro lugar e a filha mais nova, nascida em 1998, acabou de ser mãe sozinha com 22 anos de idade e morava com sua mãe, Vera Silva, que auxiliava nos cuidados da netinha.

A descrição dessa história contribui no entendimento de parte do sacrifício de trabalhadoras domésticas e trabalhadores do chamado “serviços” de bares e restaurantes na construção da moradia autoconstruída e melhores condições espaciais de reprodução de si e de sua família, mas seu trabalho concreto de reprodução social se caracteriza como trabalho improdutivo fundamental para a reprodução do capital, por garantir a reprodução das classes médias e dominantes em suas residências e locais de produção e circulação. A favela tem sido funcional para a cidade e a tríplice condição precária de reprodução de trabalhadores é fundamental para a reprodução ampliada do capital e de suas classes sociais mais abastadas.

Considerações Finais

As condições de miséria e precariedade das moradias sem infraestrutura básica percebidas por Engels em Manchester e nas cidades inglesas do século XIX; as mesmas condições precárias de moradia na Europa e no Brasil no final da década de 1910 com a propagação da “gripe espanhola”, o que desdobrou na construção das vilas operárias; e da histórica condição de moradia em algumas favelas e assentamentos precários sem saneamento básico em nosso país, tal como vividas por milhares de trabalhadoras e trabalhadores, recentemente tornaram a propagação da pandemia de covid-19 terreno fértil de impacto profundo sobre pobres que a sociedade teve dificuldades de conter, já que trabalhadoras precárias como domésticas, diaristas e outras categorias continuaram trabalhando encarando o transporte coletivo lotado, e como constatado pela pesquisa do arquiteto, urbanista e professor da Universidade Federal de São Paulo Anderson Kazuo Nakano na reportagem de Clara Cerioni (2020), no caso dos bairros com maior número de trabalhadores autônomos que incluem diaristas, camelôs e vendedores ambulantes

de rua, a relação com as mortes por covid-19 foi maior pela propagação comunitária no deslocamento, uma vez que a disseminação ocorria rapidamente e exigiam medidas de distanciamento social que só poderiam ser garantidas com auxílio emergencial para todos os(as) trabalhadores(as) informais para permanecerem em suas residências que, em muitos casos, não conseguiram ter acesso ao auxílio e tiveram que trabalhar.

A pandemia da covid-19 possibilitou explicitar como produção, circulação e reprodução estão indissociáveis, ainda que sejam momentos distintos de um processo mais amplo. A São Paulo do início do século XXI se diferencia e muito da Manchester da primeira metade do século XIX analisada por Engels. Manchester foi o berço da revolução industrial no final do século XVIII, revolução que depois se propagou para o mundo. Atualmente é um centro industrial e econômico da região e tinha 441 mil habitantes, em 2001, que se estendia para 3,6 milhões em sua região metropolitana. São Paulo, por sua vez, de cidade que luta para ser global com 12 milhões de habitantes, em 2017, à megametrópole latino-americana, com o início da concentração industrial no final do século XIX, mas intensificada somente na década de 1950, mediante o processo de industrialização pesada e *urbanização rodoviária*, teve crescimento vertiginoso de sua população de 7,09 milhões, em 1967, para 20,8 milhões de habitantes, em 2017.

Enquanto as indústrias estavam distribuídas pelas cidades e regiões na Inglaterra, no Brasil, houve uma concentração na região sudeste, principalmente em São Paulo, o que explica essa imensa aglomeração urbana que salta aos olhos de trabalhadores e cidadãos ingleses e europeus quando conhecem a “terra da garoa”, porque habitam cidades compactas. Em São Paulo, trabalhadores afrodescendente, indígena e migrante se concentram nas periferias e distante dos bairros centrais mais estruturados e próximos a concentração de empregos, o que lhes forçam aos deslocamentos pendulares massivos.

O modo de produção capitalista, originado na Inglaterra e que se desenvolveu a partir da revolução industrial com seu berço em Manchester e expandido ao mundo, mostrou que as crises são fundamentais para a reprodução do capitalismo. A crise da pandemia global da covid-19, ponto de chegada deste artigo, porém, não seu ponto de partida porque foi escrito antes e no início deste fenômeno tratado com mais detalhes em outro artigo a ser publicado, interferiu diretamente na circulação de pessoas e, conseqüentemente na produção, por causa da necessidade de isolamento dos indivíduos para impedir a propagação rápida do vírus. O problema foi que, no Brasil, muitas categorias de trabalhadores como operários em fábricas, motoristas de ônibus, caminhoneiros, domésticas, etc., não puderam parar e estavam no grupo de risco que realizavam o trabalho de reprodução social e das classes mais abastadas e privilegiadas da sociedade. Então, a reprodução do capital tornou-se dependente da circulação de mercadorias e indivíduos, mas, sobretudo, da relação de troca que se generalizou em diferentes formações sociais de modo distintos no desenvolvimento do capitalismo.

Portanto, vimos nesse artigo como a industrialização em Manchester e São Paulo induziu a urbanização ao nível da sociedade, mas a própria urbanização adquiriu autonomia e vida própria no século XX, em decorrência das necessidades de produção do espaço, circulação e reprodução do capital, mas também de circulação e reprodução da força de trabalho e de suas condições de vida. Das teses de Engels sobre a centralidade da revolução industrial no controle do capital na produção; a questão social oriunda das contradições dessa produção, distribuição e circulação; e do caráter dinâmico, criativo e de rebeldia do proletariado, verificamos semelhanças e diferenças

de Manchester e São Paulo mediante a tríplice precariedade das condições de vidas por meio da moradia, precária e muitas vezes insalubre aos trabalhadores de baixa renda; do trabalho, em decorrência da precarização e pauperização do trabalho em decorrência da dependência econômica do país; e das condições de reprodução social dos habitantes de vilas operárias, favelas e, no caso analisado de Vera Silva, sua trajetória de trabalhadora, moradora e periférica evidencia que esse tipo de urbanização que segregou as classes por meio da separação entre trabalho e moradia criando a condição de longos deslocamentos, não resolveu os problemas dos trabalhadores e exige a produção de outro tipo de cidade em que essas contradições sejam superadas para que os(as) trabalhadores(as) possam viver e se apropriar e determinarem suas próprias vidas.

Referências

- ARAÚJO, Glauco. Paraisópolis é a 2ª maior comunidade de São Paulo e moradores pedem ações sociais há pelos menos 10 anos. *G1*, São Paulo, 1 dez. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/12/01/paraisopolis-e-a-2a-maior-comunidade-de-sao-paulo-e-moradores-pedem-acoes-sociais-ha-pelos-menos-10-anos.ghtml>. Acesso em: 1 dez. 2020.
- AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. 30. ed. São Paulo: Ática, 1997.
- BLAY, Eva Alterman. *Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1985.
- CERIONI, Clara. Transporte público tem mais influência nas mortes por covid-19 em SP. *Revista Exame*, São Paulo, 10 ago. 2020. Disponível em: <https://exame.com/brasil/transporte-publico-tem-mais-influencia-nas-mortes-por-covid-19-em-sp/>. Acesso em: 15 jul. 2021.
- CORREIA, Telma de Barros. Entrevista: o que são as vilas operárias: e o que resta delas no Brasil. [Entrevista cedida a] Juliana Domingos Lima. *Nexo Jornal*, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/03/24/O-que-s%C3%A3o-as-vilas-oper%C3%A1rias.-E-o-que-resta-delas-no-Brasil>. Acesso em: 10 mar. 2020.
- DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Porto Alegre: Globo, 1984.
- FARIAS, Márcio. *Clóvis Moura e o Brasil: um ensaio crítico*. São Paulo: Dandara, 2019.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Globo, 2008.
- FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global, 2007.
- FOLHA DE S. PAULO. SP 450 Anos: vista do bairro do Morumbi, em São Paulo (SP), mostra prédio de apartamentos de luxo que faz divisa com a favela de Paraisópolis. Edição de 20/01/2004. Coleção Pirelli/Masp. (Negativo SP00861-2004).
- FREYRE, Gilberto. *Casagrande e senzala*. São Paulo: Global, 2003.
- GÓES, Weber Lopes. *Racismo e eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl*. São Paulo: Liber Ars, 2018.
- HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído. *Revista Espaço e Debates*, São Paulo, n. 6, p. 6-35, jun./set. 1982.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.
- HOBSBAWN, Eric. Prefácio. In: ENGELS, Friedrich. *La situation de la classe laborieuse em Angleterre*. Paris: Éditions Sociales, 1961, p. 4-14.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- IBGE. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: PNAD Contínua*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.
- JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 1993.

- JOHNSON, Steven. *O mapa fantasma: como a luta de dois homens contra o cólera mudou o destino de nossas metrópoles*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- LAVIOLA, Marlene Cárdua. *Os primórdios da intervenção governamental no campo da habitação popular até os anos 30: um estudo de caso da cidade de São Paulo*. 1995. Dissertação (Mestrado) – PUCSP, São Paulo, 1995.
- LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro Editora, 2009.
- MAIS de 2 milhões de paulistanos ainda moram em favelas. *Carta Capital*, São Paulo, 30 nov. 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/32xsp/mais-de-2-milhoes-de-paulistanos-ainda-moram-em-favelas/>. Acesso em: 17 mar. 2020.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MORANGUEIRA, Vanderlice. *Vila Maria Zélia: visões de uma vila operária em São Paulo*. 2006. Dissertação (Mestrado) - FFLCH-USP, São Paulo, 2006.
- MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1994.
- MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988a.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988b.
- PAULO NETTO, José. Prefácio. In: ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 9-35.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RODRIGUES, Arlete Moyses. *Moradia nas cidades brasileiras: habitação e especulação: o direito à moradia, os movimentos populares*. São Paulo: Contexto, 1990.
- ROLNIK, Raquel; BONDUKI, Nabil. Periferia da grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, Ermínia (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982, p. 117-154.
- ROLNIK, Raquel; BONDUKI, Nabil. *Periferias: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho*. São Paulo: FAU USP: Fundação para Pesquisa Ambiental, 1979.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.
- SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.
- VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- VILLAÇA, Flávio. *Reflexões sobre as cidades brasileiras*. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

*Minicurrículo do Autor:

Sandro Barbosa de Oliveira. Doutor em Sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciência Humanas da Universidade Estadual de Campinas (2020). Pesquisador do Centro de Estudos Periféricos do Instituto das Cidades da Universidade Federal de São Paulo, campus, Zona Leste. Pesquisa financiada pela CAPES (Processo nº 88882.329287/2019-01). E-mail: ontologicosan@hotmail.com.